

Concurso Público
Nível Superior

Cargo 2:

**ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DA ATIVIDADE
CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL**

Especialidade:
Direito

Caderno

Glauber

MANHÃ



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Glauber — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 12/7/2005, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ancine2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 13 e 14/7/2005 — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ancine2005.
- III 10/8/2005 — Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.
- IV 11 e 12/8/2005 — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 31/8/2005 — Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 2/2005 — ANCINE, de 29/4/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448 0100; internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução desta material apenas para fins cídáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 10

Isabela Boscov. *Veja*, 16/3/2005, p. 126 (com adaptações).

Feitos de lata, mas com alma

Robôs, co-dirigido pelo brasileiro Carlos Saldanha, marca mais um ponto para o time do desenho animado

1 A cena do nascimento de Rodney Lataria é um
desses momentos destinados a entrar para a história da
animação: transbordando de felicidade, o casal Lataria
4 encaixa peças, aperta parafusos, rebita juntas e, com seu
bebê-robô finalmente nos braços, percebe que se esqueceu
de parafusar nele uma pecinha. “Querida, não tínhamos
7 encomendado um menino?”, pergunta o pai, espiando dentro
da fralda de Rodney.

Em um mundo habitado por robôs de todos os tipos
10 e gerações, o pequeno Rodney cresce ganhando peças de
segunda mão de seus primos, já que a família Lataria não é
exatamente próspera, e sonha tornar-se um grande inventor.
13 O pai de Rodney, que queria ser músico mas virou máquina
de lavar pratos para garantir o sustento da casa, incentiva o
filho a ir fazer sua própria sorte na cidade grande — e lá o
16 rapaz descobre que robôs como ele e seus amigos, meio
remendados, com pontos de ferrugem e pintura lascada,
estão com os dias contados. A ordem agora é fazer
19 *upgrades*, e quem não tiver dinheiro para comprá-los e se
transformar em um robô aerodinâmico e reluzente que se
prepare para terminar no ferro-velho.

22 Como qualquer bom filme, porém, **Robôs** é mais do
que a soma de suas partes. Da excelente dublagem de atores
como Ewan McGregor e Robin Williams (não custa
25 recomendar que se assista à versão original) à delicadeza de
personagens como o pai de Rodney e Tia Turbina, uma
senhora cujo traseiro só é menor que seu coração, o trunfo
28 do desenho bolado por Wedge, Saldanha e pelo escritor e
artista William Joyce é a habilidade com que se equilibram os
aspectos técnicos e criativos em prol do enredo.

Julgue os itens a seguir quanto às idéias apresentadas no texto I e à correção gramatical.

- 1 O nascimento de Rodney Lataria é considerado pela autora um fato histórico a ser lembrado para sempre no mundo cinematográfico.
- 2 O casal Lataria ao construir o bebê esqueceu-se de colocar a peça correspondente ao sexo.
- 3 Na oração “Querida, não tínhamos encomendado um menino?” (R.6-7), caso se substituísse a expressão “tínhamos encomendado” por **iríamos montar**, haveria diminuição da ênfase na analogia textual estabelecida entre robôs e seres humanos.
- 4 De acordo com o texto, em um mundo habitado por robôs de todos os tipos e gerações, Rodney e seus amigos estão fadados a terminar seus dias no ferro-velho.
- 5 O primeiro período do último parágrafo do texto apresenta expressões comparativas.

Quanto aos aspectos lingüísticos do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 6 O trecho “A cena do nascimento de Rodney Lataria é um desses momentos” (R.1-2) poderia ser reescrito, sem que se incorresse em perda de sentido, assim: Rodney Lataria nasceu em uma cena desses momentos.
- 7 No substantivo “bebê-robô” (R.5), as palavras da composição foram acentuadas seguindo-se a mesma regra.
- 8 O trecho “O pai (...) da casa” (R.13-14) pode ser reescrito, sem prejuízo para a correção gramatical, da seguinte forma: O pai de Rodney queria ser músico, virou no entanto, máquina de lavar pratos para garantir o sustento da família.
- 9 Constituiria erro de concordância o emprego no singular da forma verbal sublinhada em “é a habilidade com que se equilibram os aspectos técnicos e criativos em prol do enredo” (R.29-30).

17 Considere a realização das seguintes ações em uma planilha Excel: na célula C1, digitar =Gráfico(A1:A12;B1:B12) e a seguir teclar « . Após essas ações, será inserido na referida planilha um gráfico de barras cujas seqüências de linhas e de colunas são, respectivamente, os valores contidos nas colunas A e B.

Ao se clicar a área de trabalho do Windows XP com o botão direito do *mouse*, surge um conjunto de opções. Acerca dessas opções, julgue os itens a seguir.

18 A opção Novo permite, entre outras ações, iniciar um processo que poderá levar à criação de uma nova pasta, contida na área de trabalho.

19 A opção Propriedades permite iniciar a janela Propriedades de Vídeo, que possibilita, entre outras ações, redefinir a resolução da tela.

Supondo que um usuário deseja salvar em uma unidade de armazenamento um arquivo contendo 500 *kilobytes*, julgue o seguinte item.

20 O usuário não poderá salvar o arquivo em uma unidade de disquete de 3½”, pois esse tipo de mídia não possibilita o armazenamento de arquivos desse tamanho. Entretanto, é possível salvar esse arquivo em um CD-ROM do tipo *Worm*.

A novidade cinematográfica chegou cedo ao Brasil. Os aparelhos de projeção exibidos ao público europeu e americano no inverno de 1895-1896 começaram a chegar ao Rio de Janeiro em meados desse último ano. No ano seguinte, a novidade foi apresentada inúmeras vezes nos centros de diversão da capital. Em 1898, foram realizadas as primeiras filmagens no Brasil.

Durante os dez primeiros anos, porém, o cinema teve pouca expressão, tanto como atividade comercial de exibição de fitas importadas quanto como fabricação artesanal local. Só em 1907 houve no Rio energia elétrica produzida industrialmente, e, então, o comércio cinematográfico floresceu, com um quadro técnico, artístico e comercial formado quase que exclusivamente por estrangeiros que já tinham alguma experiência na área cinematográfica em seus países de origem. Quanto aos homens que abordaram o cinema como negócio, eles não pertenciam ao mundo comercial estabilizado e rotineiro dominado por portugueses. Eram quase sempre italianos, aventureiros. Esses empresários atuavam, concomitantemente como produtores, importadores e proprietários de salas, situação que condicionou ao cinema brasileiro um harmonioso desenvolvimento, pelo menos durante poucos anos.

Carla Miucci. *Cinema brasileiro: um panorama geral*. In: Internet: <<http://www.mnemocine.com.br>> (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os seguintes itens quanto à história do cinema brasileiro.

21 O Cinema Novo, o mais importante movimento do cinema brasileiro, foi um movimento baiano iniciado na década de

1960, com a exibição dos filmes **O Pagador de Promessas** e **Barravento**, de Glauber Rocha. O Cinema Novo fez com que os brasileiros adquirissem o hábito de ir ao cinema e provocou a proliferação das salas de exibição em todas as capitais do país.

22 A história do cinema brasileiro caracteriza-se por ciclos — cada um com suas características — e crises. O ciclo dominado pela Vera Cruz caracterizou-se por uma aposta no chamado cinema de autor.

23 Os índices de crescimento do cinema brasileiro no ciclo denominado Retomada superam os alcançados no período de vigência da Embrafilme.

Considere que um diretor de cinema necessita do Certificado de Produto Brasileiro (CPB) de um de seus filmes para que possa ser indicado oficialmente como representante brasileiro em um festival internacional. A respeito dessa situação, julgue os seguintes itens.

24 O cineasta deve, necessariamente, procurar a empresa produtora de seu filme, pois somente pessoa jurídica pode requerer o CPB junto à Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

25 Para solicitar o CPB para um filme, a empresa produtora precisa estar registrada na ANCINE como empresa produtora brasileira.

Julgue os seguintes itens, referentes à cadeia produtiva do audiovisual no Brasil.

26 O modelo de fomento da produção cinematográfica e audiovisual brasileira atual, por meio de renúncia fiscal, coloca ênfase na produção, em detrimento dos outros elos da cadeia produtiva.

27 A relação dicotômica entre cinema e televisão é um dos entraves ao desenvolvimento da cadeia produtiva do audiovisual no Brasil.

28 Na contramão da tendência internacional, no Brasil, grande parte dos filmes nacionais estão restritos às salas de exibição e têm pequena participação nos chamados mercados ancilares.

Com base na legislação da área audiovisual e cinematográfica brasileira, julgue os itens a seguir.

29 Os recursos captados pelos fundos de financiamento da indústria cinematográfica nacional (FUNCINES), criados pela Medida Provisória n.º 2.228/2001, poderão ser aplicados em projetos e programas que sejam destinados a: obras cinematográficas brasileiras de produção independente, construção de salas privativas de exibição e obra cinematográfica seriada produzida em dois capítulos.

30 Os princípios gerais da política nacional do cinema incluem a garantia da presença de obras cinematográficas e videofonográficas nacionais nos diversos segmentos de mercado e o respeito ao direito autoral sobre obras audiovisuais nacionais e estrangeiras.

31 Considere a seguinte situação hipotética.

Uma empresa da área de telecomunicações, sediada no Brasil há 6 anos, com 50% de seu capital social pertencente a brasileiros natos, solicitou a concessão de serviço de TV a cabo com abrangência nacional.

Nessa situação, a outorga do serviço não deve ser concedida, pois contraria o disposto na Lei n.º 8.977/1995.

- 32 Incentivar a participação de obras cinematográficas nacionais em festivais internacionais, financiar a indústria videofonográfica nacional e presidir o Conselho Superior de Cinema são competências da ANCINE.
- 33 O Conselho Superior de Cinema é paritário: metade de seus membros são representantes de órgãos governamentais e metade são representantes da sociedade civil.

Com relação ao funcionamento da indústria cinematográfica e audiovisual, julgue os itens seguintes.

- 34 Em um cenário de notória convergência tecnológica e de amplas possibilidades de conversão de formatos de captação, edição, finalização e veiculação de obras audiovisuais, não há mais distinção entre obra cinematográfica e obra videofonográfica, pelo menos do ponto de vista da legislação brasileira referente ao setor cinematográfico e audiovisual.
- 35 A cota de tela estabelece a obrigatoriedade legal de exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem em salas de cinema do país. Essa cota é fixada periodicamente, por meio de decreto.
- 36 No caso da televisão, embora não se aplique o sistema de cota mínima, a exibição cinematográfica depende de outros critérios de programação regulamentados pelo setor de telecomunicações.

A Constituição da República, promulgada em 5/10/1988, dada a importância da matéria, reservou um de seus títulos à Organização do Estado. Com base no que estabelece a Constituição, julgue os seguintes itens.

- 37 É competência exclusiva da União proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.
- 38 Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- 39 Ressalvadas as restrições legais, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações.

A Lei n.º 8.112/1990 instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Acerca desse regime, julgue os itens que se seguem.

- 40 A vacância de cargo público pode decorrer de readaptação e de posse em outro cargo inacumulável.

- 41 O servidor que desenvolver suas atividades em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte receberá o adicional noturno, tendo o valor-hora acrescido de 50%, computando-se cada hora como de cinquenta e dois minutos.

Pedro é servidor público federal regido pela Lei n.º 8.112/1990. Ana, esposa de Pedro, é médica da iniciativa privada. Ana ganhou uma bolsa de 2 anos para fazer especialização em cirurgia plástica na Inglaterra. Pedro quer acompanhá-la e, para isso, solicitou licença do serviço público.

Com base nessa situação hipotética e no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens subseqüentes.

- 42 Pedro poderá tirar licença por motivo de afastamento do cônjuge pelo prazo máximo de um ano.
- 43 A licença prevista na lei para o afastamento de Pedro é sem remuneração.

Com relação a licitações e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 44 A administração poderá, desde que prevista no instrumento convocatório, exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 45 A garantia exigida pela administração nas contratações poderá ser, no máximo, de 25% do valor do contrato.
- 46 A administração poderá dispensar a licitação na contratação de instituição brasileira, com ou sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

A respeito dos conceitos microeconômicos e da economia da regulação, julgue os itens a seguir.

- 47 Quando, em face de uma desvalorização do real, o preço dos equipamentos cinematográficos importados aumenta, a curva de oferta de películas se desloca para baixo e para a direita.

- 48 O fato de os ingressos, em alguns cinemas, serem mais baratos nos dias úteis da semana que nos feriados e fins de semana leva a aumentos tanto da demanda de sessões de cinema, no meio da semana, como da elasticidade preço da demanda desses serviços.
- 49 Em presença de considerações distributivas, políticas de crédito educativo a taxas de juros nulas ou subsidiadas podem ser vistas como a correção de uma falha de mercado, decorrente do fato de que o mercado de capital não aceita a acumulação de capital humano como garantia para empréstimos realizados por estudantes para financiar seus estudos.
- 50 Economias crescentes de escala, que tornam o monopólio a forma preferida de organização dos mercados em que elas prevalecem, podem fazer que a regulação desses mercados conduza a níveis superiores de eficiência, justificando, assim, a intervenção do governo.
- 51 Considerando que DVDs e aparelhos de TV são bens complementares, os efeitos econômicos da imposição de um tributo sobre os aparelhos de TV serão maiores quando esses impactos são analisados em um modelo de equilíbrio geral.

Os itens de 52 a 60 avaliam conhecimentos em língua inglesa.

1 Because we live next door to the United States of America and share some of their programming and commercials, most moviegoers in Ontario are probably more
4 familiar with the American system than our home-grown one. However, our systems are very different.

Films and trailers are classified in the United States
7 of America by the Rating Board of the Motion Picture Association of America (MPAA), located in Los Angeles. This industry-sponsored Rating Board consists of 13
10 members who serve for varying periods of time. There are no special qualifications for Board membership except for having a shared parenthood experience, an intelligent
13 maturity, and an ability to put themselves in the role of most American parents. The Board is funded through fees charged to producers and distributors for the ratings of their
16 films.

The MPAA Rating Board members, like those of the Ontario Film Review Board (OFRB), do not classify movies on personal judgements of quality. Their judgements are based on specific guidelines in areas including theme, violence, language, nudity, sexuality, drug use, and others. Like the OFRB, they consider the film in its entirety, and take context into account in classification decisions.

The first main area of difference between the Ontario classification system and the American one is that the OFRB is a government body established by statute that requires distributors to submit their films for classification. In the United States of America, the rating system is a voluntary one that is administered by the movie industry through the MPAA.

Internet: <<http://www.ofrb.gov.on.ca/english/page14.htm>> (with adaptations).

Based on the text above, judge the following items.

- 52 Ontarians and Americans are always watching the same programming and commercials.
- 53 Possibly the majority of Ontarians moviegoers know more about the American System of Films and Trailers Classification than about their own.
- 54 “However” (R.5) means **Nevertheless**.
- 55 American and Ontarian systems are entirely alike.
- 56 No qualifications whatsoever are required to become a member of the MPAA.
- 57 “Board” (R.14) refers to “MPAA” (R.8).
- 58 Both MPAA and OFRB members classify movies according to their personal judgements of quality and some specific guidelines.
- 59 Whereas the OFRB is a public institution, the American Rating System is private.
- 60 “one” (R.29) refers to “rating system” (R.28).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das normas gerais do direito tributário, julgue os seguintes itens.

- 61 Segundo o Código Tributário Nacional, legislação tributária é o conjunto de leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos ou relações jurídicas a eles relacionadas.
- 62 As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, com eficácia

normativa, constituem normas complementares das leis tributárias.

- 63 A alíquota e a base de cálculo de tributo somente pode ser fixada por lei, não se admitindo em hipótese alguma a sua alteração por ato do Poder Executivo.
- 64 A legislação tributária aplica-se aos fatos geradores futuros, a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da norma.
- 65 A autoridade competente para aplicar a lei tributária, na ausência de disposição expressa, utilizará sucessivamente e obrigatoriamente, nessa ordem, a analogia, os princípios gerais do direito tributário, os princípios gerais do direito público e a equidade.

A empresa Calça Faroeste Ltda., estabelecida no Distrito Federal, atua no ramo do comércio de confecções. Mensalmente ela tem que declarar ao fisco o valor total dos produtos vendidos e recolher o imposto devido em face dessas vendas.

Considerando essa situação hipotética e as normas estabelecidas no Código Tributário Nacional (CTN), julgue os itens que se seguem.

- 66 Declarar ao fisco o valor total dos produtos vendidos constitui obrigação tributária acessória da Calça Faroeste Ltda., sendo que a sua inobservância faz surgir a obrigação principal quanto ao pagamento da penalidade pecuniária.
- 67 A ocorrência do fato gerador que faz surgir a obrigação da Calça Faroeste Ltda. de pagar o imposto devido se dá, tratando-se de situação jurídica, no momento em que se verifiquem as circunstâncias necessárias para a sua constituição, independentemente de estar ou não definitivamente constituída.

A empresa Alfa é credora da empresa Beta. Para quitar sua dívida com Alfa, a empresa Beta, por meio de escritura pública de confissão de dívida e outras avenças, se comprometeu a pagar todos os tributos devidos pela empresa credora, até o montante de sua dívida.

Em face dessa situação hipotética e das disposições do CTN, julgue os próximos itens.

- 68 Para o fisco, por força da escritura pública a empresa Beta tornou-se responsável pelo pagamento dos tributos da

empresa Alfa, até o montante estipulado na avença, ressalvado à fazenda pública, no caso de insolvência da empresa Beta, o direito de redirecionar a cobrança para a empresa Alfa.

- 69 O CTN considera a empresa Alfa contribuinte, por ser o sujeito passivo que tem relação pessoal e direta com a situação que constituiu o respectivo fato gerador, e considera a empresa Beta responsável, por ser o sujeito passivo que, sem ser o contribuinte, passou a ter obrigação tributária em decorrência de disposição contratual.

Quanto à solidariedade tributária expressa no CTN, julgue o item abaixo.

- 70 A interrupção da prescrição em relação a uma das pessoas solidariamente obrigadas prejudica as demais, desde que não haja disposição em contrário.

A administração é dotada de poderes administrativos que podem ser usados de formas isoladas ou cumulativas. Segundo a doutrina brasileira, esses poderes nascem com a administração e se apresentam diversificados em função das exigências do serviço público, do interesse da coletividade e dos objetivos a que se dirigem. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 71 O Executivo dispõe do poder hierárquico para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre servidores do seu quadro de pessoal.
- 72 Poder discricionário é o que o direito concede à administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- 73 Quando a administração pública condiciona ou restringe o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado, ela usa o seu poder regulamentar.

A Constituição Federal prevê a intervenção do Estado na propriedade particular e remete à lei o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

- 74 Quando a administração defronta situações de emergência que, para serem resolvidas satisfatoriamente, exigem a

transferência urgente de bens de terceiros para seu domínio e uso imediato, ela poderá desapropriar esses bens por interesse social.

75 A desapropriação por necessidade pública ocorre quando as circunstâncias impõem a distribuição ou o condicionamento da propriedade para o seu melhor aproveitamento, utilização ou produtividade em benefício da coletividade ou de categorias sociais merecedoras de amparo específico do poder público.

A improbidade administrativa é definida como a ação ou omissão, dolosa ou voluntária, praticada por agente público, que, consistindo em ato de desonestidade, cause lesão ao erário, implique enriquecimento ilícito ou atente contra os princípios da administração pública. Com referência à improbidade administrativa e às suas sanções aplicáveis aos agentes públicos, contidas na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens subseqüentes.

76 Na hipótese de um filho receber herança de seu pai, e posteriormente ficar comprovado, por sentença transitada em julgado, que os bens dessa herança são frutos de lesão ao patrimônio público, o herdeiro ficará sujeito às cominações da lei mencionada até o limite do valor da herança.

77 O agente público que se recusar a prestar declaração dos seus bens dentro do prazo determinado ou que prestar falsa será punido com a pena de suspensão de até 60 dias.

78 Quando o agente público é servidor efetivo de autarquia federal, regido pela Lei n.º 8.112/1990, as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei de improbidade administrativa prescrevem em 10 anos.

Na administração pública federal, o processo administrativo é regulado pela Lei n.º 9.784/1999. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

79 No processo administrativo, se excluídas a delegação e a avocação, a competência é irrenunciável.

80 É dever da administração pública revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade.

Julgue os itens que seguem, quanto às sociedades empresariais.

81 Considere que Nísia é atriz e promove, esporadicamente, com o auxílio de colaboradores, em palco montado no porão de sua casa, espetáculos artísticos, dos quais auferir lucro, pela venda de ingressos. Nessa situação, Nísia e seus colaboradores são considerados empresários.

82 Considere que os dirigentes de determinada sociedade limitada, domiciliada em Brasília – DF, cuja principal atividade seja a fabricação de divisórias, decidam instituir sucursal em Goiânia – GO. Nessa situação, os dirigentes da pessoa jurídica deverão promover sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis de Goiânia – GO, fazendo prova da inscrição originária, em Brasília – DF.

83 Em conformidade com a legislação civil, as microempresas, as empresas de pequeno porte, bem como os empresários rurais terão tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, quanto aos atos relativos à inscrição de seus contratos sociais e aos efeitos daí decorrentes.

84 Considere que João, Paulo, Pedro, Ana e Ivo sejam sócios de determinada pessoa jurídica e pretendam levar a efeito alteração no ato constitutivo da sociedade quanto à participação de cada sócio nos lucros. Nessa situação, a deliberação dependerá do consentimento de, no mínimo, três sócios.

85 Suponha que Lícia e Cláudia sejam sócias de determinada pessoa jurídica que atue no ramo de prestação de serviços alimentícios. Se Lícia ceder 1% de suas quotas a terceira pessoa, sem a correspondente modificação no ato constitutivo da pessoa jurídica, esse ato não produzirá qualquer eficácia quanto à sociedade.

Acerca da administração e da gerência das sociedades empresariais, julgue os itens subseqüentes.

86 Considere a seguinte situação hipotética.

André e Túlio são sócios de determinada sociedade limitada e, para ajudar Bento, amigo em comum, desempregado, decidiram nomeá-lo administrador da citada sociedade, em instrumento em separado. Bento entrou em atividade e, decorrido mais de um ano, André o alertou que deveria ter averbado o instrumento de nomeação à margem da inscrição da sociedade, o que foi prontamente providenciado.

Nessa situação, Bento responderá solidariamente com a sociedade pelos atos que praticou durante o período compreendido entre o início do exercício da atividade de administrador e a averbação do instrumento de nomeação, à margem da inscrição da referida pessoa jurídica.

87 Considere que os sócios administradores de determinada pessoa jurídica tenham tomado conhecimento de execução fiscal em razão de débitos fiscais não adimplidos por ausência de recursos financeiros da mencionada pessoa jurídica. Nesse caso, o Estado apenas poderá executar os bens da pessoa jurídica, não podendo ser atingidos os bens pessoais dos sócios.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca das sociedades limitadas e por ações, seguida de uma assertiva a ser julgada.

88 Anastácia, Berenice, Célia e Diana decidiram constituir sociedade denominada Nacional Produtos de Beleza Ltda.

No ato constitutivo constou que o capital social da pessoa jurídica seria de R\$ 800.000,00, tendo cada sócia subscrito uma quantia de R\$ 200.000,00. Anastácia, Célia e Diana integralizaram suas quotas, mas Berenice alegou não possuir os recursos para integralizar a sua parte. Nessa situação, se a pessoa jurídica se tornar inadimplente perante terceiros, apenas os bens pessoais de Berenice poderão ser executados, pois a responsabilidade das demais sócias será restrita ao valor de suas quotas, as quais já foram integralizadas.

- 89 Uma sociedade limitada foi constituída por quatro sócios: Manoel, Lenilson, Cleber e Renan. Nessa situação, se decidissem adotar firma, seria admissível denominar, como nome empresarial da referida pessoa jurídica, Manoel, Lenilson & Cia. Ltda.
- 90 Américo e Josias, colegas de trabalho, descontentes com suas remunerações, decidiram requerer as rescisões de seus respectivos contratos de trabalho e constituir sociedade limitada, cujo ramo de atividade seria a prestação de serviços de higienização de automóveis. No prazo legal, Josias integralizou regularmente suas quotas, mas Américo não o fez por não dispor da quantia necessária. Nessa situação, Américo poderá contribuir para o capital social da sociedade limitada com prestação de serviços, desde que haja a anuência de Josias.
- 91 O mandato de diretor de determinada sociedade em comandita por ações perdurou pelo período compreendido entre 10/2/2003 e 12/5/2005, quando o diretor foi exonerado. Nessa situação, o referido diretor continuará responsável pelas obrigações sociais contraídas durante sua administração até 12/5/2006.
- 92 Determinado sócio contribuiu grandemente com a expansão dos negócios internacionais e com o aumento do capital social da sociedade anônima da qual faz parte. Nessa situação, o nome desse sócio poderá constar da denominação da mencionada sociedade.

A respeito das disposições do Código de Defesa do Consumidor, julgue os seguintes itens.

- 93 Se, no curso de determinado processo judicial, o juiz verificar, da narrativa dos fatos, que ocorreu violação aos direitos do consumidor, poderá apreciar a questão de ofício, sendo prescindível o requerimento da parte interessada, nesse sentido.
- 94 Considere que Limpa Tudo Serviços Gerais Ltda., pessoa jurídica atuante no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação, adquiriu luvas de borracha para uso de seus empregados. Nessa situação, nos termos da legislação vigente, a referida pessoa jurídica será considerada consumidora de bens de consumo.
- 95 Considere que, no curso de determinada locação predial urbana, as prestações tenham se tornado excessivamente onerosas para o locatário. Nessa situação, este poderá requerer judicialmente a revisão das cláusulas contratuais, com fulcro nas disposições insertas no código de defesa do consumidor.

Julgue os itens a seguir, acerca do direito econômico.

- 96 A soberania nacional, a livre concorrência, a dignidade da pessoa humana e a defesa do consumidor são princípios da ordem econômica.
- 97 Suponha que determinada pessoa jurídica tenha praticado atos contrários à ordem econômica e que, em razão disso, tenha sido penalizada administrativa e criminalmente. Nessa situação, os dirigentes da referida pessoa jurídica não poderão ser responsabilizados individualmente, sob pena de dupla punição pelos mesmos atos ilícitos.
- 98 Pessoa jurídica estrangeira constituída sob as leis de seu país não poderá explorar a lavra de recursos minerais em solo brasileiro, mesmo que possua sede e administração no Brasil.
- 99 A União poderá atribuir a pessoa jurídica de direito privado a atividade de refinação de petróleo nacional, desde que haja prévia disciplina em contrato administrativo de concessão de serviço público.
- 100 Visando incentivar as microempresas e as empresas de pequeno porte, o Estado lhes dispensará tratamento jurídico diferenciado e privilegiado, podendo reduzir ou eliminar suas obrigações tributárias.
- 101 A ordem econômica atual obedece aos princípios do Estado liberal, como a liberdade de iniciativa e de concorrência.
- 102 Objetivando manter a livre concorrência, o Estado intervém no domínio econômico por intermédio de atos administrativos perpetrados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Quanto ao direito autoral, julgue os itens a seguir.

- 103 Apenas pessoas físicas poderão ser consideradas autoras de obras literárias, artísticas ou científicas, para fins de proteção pelo direito autoral.
- 104 Considere a seguinte situação hipotética.
- Alfredo, renomado advogado especialista em licitações e contratos administrativos, confeccionou obra literária em comentários à Lei de Licitações Públicas. Quando da 10.^a edição da obra, Alfredo foi acometido de grave doença e, por isso, Alexandre, seu sócio, se encarregou de atualizar, fiscalizar e dirigir as posteriores edições.
- Nessa situação, consideram-se autores, para fins de proteção dos direitos autorais, tanto Alfredo, quanto Alexandre.
- 105 Considere a seguinte situação hipotética.
- Célia, dona de casa e pintora, decidiu promover exposição artística de seus quadros. Após alguns anos, obteve notícia de que um de seus quadros, pintado em janeiro de 2002, estava entre os mais caros do Brasil e, por isso, decidiu levar a efeito o registro de sua autoria, em junho de 2005.
- Nessa situação, a proteção ao seu direito de autora somente advirá após o registro no órgão público competente, quando poderá ser oponível a terceiros.

106 Considere que um grupo de músicos amadores percorra várias capitais brasileiras promovendo espetáculos e executando obras musicais famosas, sendo, inclusive, remunerados por isso. Nessa situação, serão devidos os direitos autorais.

107 Suponha que certo arquiteto brasileiro tenha se tornado famoso pelo desenho arrojado de monumento situado na capital da República. Assim, os cartões postais que reproduzirem o mencionado monumento, sem a devida referência ao nome do autor, violarão seus direitos autorais.

108 Suponha que o autor de determinada obra científica tenha falecido sem deixar herdeiros. Nessa situação, sua obra cairá, desde logo, no domínio público.

109 O direito de conservar a obra inédita e o de reivindicar, a qualquer tempo, sua autoria constituem direitos morais do autor.

110 Os atos normativos e as decisões judiciais não serão objeto de proteção pelo direito autoral.

Acerca das fontes e dos demais meios auxiliares para a determinação do direito internacional, enunciados no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, julgue os itens subsequentes.

111 Ao decidir as controvérsias que lhe forem submetidas, a Corte, necessariamente, deve aplicar o costume internacional apenas na falta de convenções internacionais e somente pode aplicar os princípios gerais de direito na ausência do costume internacional, devido à posição hierárquica existente entre estas fontes do direito internacional.

112 Nas suas decisões, a Corte somente pode aplicar as convenções internacionais gerais ou específicas, o costume internacional e os princípios gerais de direito, já que essas são as únicas fontes do direito internacional admitidas no estatuto.

113 As decisões da Corte somente são obrigatórias para as partes litigantes e, sob essa ressalva, as decisões judiciais podem ser aplicadas pela Corte como meio auxiliar para a determinação das regras de direito.

114 A Corte pode decidir uma questão a ela submetida com base na equidade, desde que as partes litigantes concordem com esse procedimento.

115 Com o processo de integração da sociedade internacional, as decisões das organizações internacionais têm sido reconhecidas como fontes do direito internacional.

Exceção cultural à livre circulação de bens e serviços:

o ponto de vista do Brasil no MERCOSUL

Certo grau de apreensão envolvendo a exceção cultural não deve ser negligenciado, na medida em que por trás das razões culturais podem encontrar abrigo a discriminação, o protecionismo, o nacionalismo, a xenofobia.

Sabidamente, a Corte Européia de Justiça desenvolveu arcabouço jurisprudencial para enfrentar e impedir a proliferação de gama importante e muito variada de medidas discriminatórias, que se escondem atrás de cortina de boas intenções, mas que constituem medidas de efeito equivalente à discriminação que oficialmente se acordara eliminar. De modo semelhante, a regulamentação do GATT-OMC nos fala do conjunto de barreiras não-tarifárias e de suas conseqüências.

As medidas não-tarifárias que criam o risco de anular a colocação em prática das liberdades de circulação no seio da União Européia, se utilizavam freqüentemente de desculpas de natureza técnica, lingüística, cultural, invocando padrões de qualidade, a proteção dos consumidores, entre tantos outros nomes possíveis (para não multiplicarmos os exemplos, vamos nos lembrar de Cassis de Dijon, a lei da pureza da cerveja etc.).

A preservação dos valores sempre trará riscos, na extensão das conseqüências e, emprestando termo do jargão médico, eventuais efeitos colaterais, que nos colocam perante o desafio de encontrar ponto de equilíbrio.

Esse antagonismo deve nos fazer ter presentes os desafios do momento atual: de um lado, riscos de homogeneização em escala mundial, ou ao menos supranacional, seguem a integração e a globalização, certamente sobretudo econômica, mas estendem seus efeitos bem além do âmbito estritamente econômico — enquanto, de outro lado, nos encontramos perante levantes nacionalistas e xenófobos às vezes assustadores e que aparentam esvaziar de todo o seu sentido a civilização para nos levar à pré-história — a violência e a lei do mais forte, sem nenhuma máscara —, o que tampouco é desejável.

Em mundo que muda em velocidade crescente parecerá dificilmente conciliável a pretensão de deter o tempo e o fluxo da produção intelectual — seja esta de boa ou má qualidade — e a livre circulação da informação.

A exceção cultural parece carregar implicitamente em si a perigosa escolha de valor, cujas bases e sustentação devem ser questionadas: em que medida, haveria valores a proteger, de quem devemos protegê-los, e como assegurar esta proteção?

Paulo B. Casella. In: *Revista de Direito da USP*, n.º 97, 2002 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca do acordo para a criação do mercado comum cinematográfico latino-americano, assinado em Caracas, em 11/11/1989.

- 116 O acordo prevê a criação de barreiras tarifárias e não-tarifárias para que obras cinematográficas procedentes de países não-signatários sejam impedidas de ingressar nos espaços nacionais de exibição dos estados-membros, objetivando, dessa forma, ampliar as possibilidades de mercado e de preservar os laços de unidade cultural entre os povos ibero-americanos e caribenhos.
- 117 O acordo prevê a equiparação das obras cinematográficas participantes do mercado comum cinematográfico latino-americano às obras cinematográficas nacionais em cada estado-membro.
- 118 O acordo prevê a concessão às obras cinematográficas participantes do mercado comum cinematográfico latino-americano dos benefícios de quotas de distribuição e de exibição, conforme a legislação de cada estado-membro.
- 119 No acordo, há previsão de concessão às obras cinematográficas participantes do mercado comum cinematográfico latino-americano de incentivos financeiros governamentais para fomentar a indústria cinematográfica da região, segundo a legislação interna de cada estado-membro.
- 120 O Brasil não ratificou o acordo por carência de amparo constitucional para a promoção da integração cultural latino-americana, uma vez que esta só é prevista na Constituição Federal de 1988 do ponto de vista político-econômico.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **quinze** pontos —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta linhas** será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Em 2003, o cinema nacional viveu o auge de um ciclo de sucesso iniciado nos anos 90, com a implementação de uma política de fomento ao desenvolvimento do audiovisual, ancorada em incentivos fiscais estabelecidos pelas leis n.ºs 8.313/1991 (Lei Rouanet) e 8.685/1993 e revigorada em 2001 com a publicação da Medida Provisória n.º 2.228, que criou a Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Em 2003, 29 filmes nacionais foram lançados no circuito exibidor e vistos por quase 22 milhões de espectadores, o que gerou uma receita de US\$ 50 milhões e a conquista de 21% do mercado interno.

Sérgio Sá Leitão e Manoel Rangel. Internet: <<http://www.cultura.gov.br/noticias/artigos>> (com adaptações).

Considerando as informações acima, elabore um texto dissertativo acerca das razões estruturais e contextuais que levaram à recuperação do cinema brasileiro, apenas uma década após o fracasso de 1992, ano em que foram lançados somente três filmes nacionais, vistos por 36.000 pessoas (0,05% do mercado interno). Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- < trajetória recente do setor;
- < leis de fomento ao desenvolvimento do audiovisual;
- < fatores que ajudam a explicar o sucesso de 2003;
- < sintonia entre a oferta de filmes e a demanda objetiva e subjetiva do público.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	